



Lula Marques/Agência Brasil

## SEMANA DE EMBATES

A cena política nacional foi marcada por disputas de protagonismo no Congresso, pelo desgaste de uma medida provisória que perdeu validade e pela reconfiguração de relações diplomáticas em nível internacional. As tensões entre lideranças regionais transbordaram para a agenda econômica, o governo viu sua estratégia fiscal ser desafiada no Legislativo e a diplomacia brasileira buscou equilibrar pragmatismo e riscos em um diálogo inédito. O resultado foi uma semana de embates que expuseram a necessidade de articulação política mais consistente diante de pressões simultâneas no plano interno e externo.

## IMPOSTO DE RENDA: DISPUTA ALAGOANA

O Senado confirmou Renan Calheiros (MDB/AL) como relator do PL 1.087/2025 na Comissão de Assuntos Econômicos, com expectativa de tramitação célere do projeto que eleva a isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil. Na Câmara, o texto foi relatado por Arthur Lira (PP/AL) e aprovado por unanimidade, trazendo para a Casa Alta a responsabilidade de revisar uma matéria com grande impacto político e fiscal.

A definição da relatoria deu contornos regionais à disputa, já que tanto Renan quanto Lira representam Alagoas e buscam protagonismo na condução de um tema sensível. O embate, que antes se concentrava entre governo e oposição, passou a refletir também uma disputa interna pela paternidade política da pauta, reforçando tensões na relação entre as duas Casas.



*“Vamos fazer uma tramitação rápida no Senado, acho que não demorará 30 dias, o que é muito pouco diante dos 7 meses que demorou a tramitar na Câmara dos Deputados”*

**Renan Calheiros**  
Senador da República (MDB/AL)

No cronograma inicial, o relator prevê a realização de audiências públicas e a tentativa de aprovar o texto em até 30 dias. A manutenção do calendário dependerá da capacidade de Renan em evitar alterações substanciais que forcem o retorno da matéria à Câmara. Caso a rivalidade alagoana se intensifique, o risco de prolongamento da tramitação e de novos embates políticos aumenta consideravelmente.

## REABERTURA DO DEBATE SOBRE IOF

A Medida Provisória 1303, que tratava da tributação de investimentos, perdeu validade após a aprovação de um requerimento de retirada de pauta na Câmara, encerrando de forma definitiva sua tramitação. A decisão, que contou com apoio expressivo da oposição, simboliza uma derrota para o governo e esvazia a tentativa de avançar com uma medida que já encontrava resistências na base parlamentar.

Apesar do encerramento da discussão formal da MP, o tema do IOF voltou ao centro do debate. A caducidade do texto reabre a pressão por alternativas de compensação fiscal, uma vez que o governo havia condicionado parte de sua programação orçamentária à manutenção da arrecadação. Lideranças governistas passaram a admitir a necessidade de retomar negociações, seja por meio de novo projeto de lei, seja pela edição de outra medida provisória.



*“Se a medida é rejeitada ou caduca, é natural que o IOF volte à mesa. Precisamos fechar a conta”*

**Randolfe Rodrigues**  
Senador da República (PT/AP)

O cenário que se projeta é de novas disputas sobre a calibragem do IOF, com implicações diretas para o ambiente de investimentos e para o espaço fiscal da União. Caso o Executivo insista em recolocar a medida no Congresso, enfrentará não apenas a oposição, mas também setores aliados que já sinalizaram desconforto. Nesse contexto, a pauta tende a permanecer no radar, agora com maior visibilidade e risco político ampliado.

## LULA E TRUMP

A semana foi marcada pela primeira ligação oficial entre o presidente Lula (PT) e o presidente Donald Trump, gesto que sinalizou um movimento de reaproximação entre Brasília e Washington. O diálogo teve como eixo central temas comerciais, especialmente a tarifa de 40% sobre produtos brasileiros, mas também abordou a cooperação política entre os dois países. O contato representou um esforço inédito de ambos em superar divergências históricas e abrir espaço para uma agenda bilateral mais pragmática.

A repercussão política foi imediata. No Brasil, o episódio dividiu a base governista: parte viu a iniciativa como pragmatismo diplomático, enquanto outra criticou a interlocução com um governo associado a pautas conservadoras e protecionistas. Nos Estados Unidos, o gesto foi interpretado como sinal de que Trump busca reforçar sua rede de aliados estratégicos no Sul Global, em um momento de tensões comerciais com a Ásia e a Europa.

Os desdobramentos desse contato ainda são incertos, mas já se desenha a possibilidade de negociações específicas sobre comércio agrícola e industrial. Caso avancem, podem abrir espaço para ganhos imediatos ao Brasil, mas também impor novos desafios à diplomacia brasileira, que terá de equilibrar a aproximação com os EUA sem desgastar laços recentes com parceiros europeus e asiáticos. O risco é que a cooperação se limite ao plano retórico, mas o potencial de impacto comercial mantém o tema em evidência.

## SÍNTESE DA SEMANA

Os acontecimentos da semana revelam a interconexão entre disputas internas e pressões externas sobre o governo. A rivalidade entre Renan e Lira mostra como a dinâmica federativa pode se refletir nas principais votações do Congresso, enquanto a caducidade da MP 1303 expõe as dificuldades de consolidar ajustes fiscais diante de resistências parlamentares. Ao mesmo tempo, a ligação entre Lula e Trump indica que a agenda internacional pode oferecer novas oportunidades, mas também impor dilemas estratégicos. Em conjunto, esses movimentos reforçam que a governabilidade depende da habilidade de administrar tensões regionais, recompôr maiorias e calibrar a diplomacia em um ambiente de crescente complexidade.